PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comissão de Seleção e Treinamento

57º Concurso para Juiz Substituto do Estado de Goiás

PROGRAMA ESPECÍFICO PARA A PROVA ORAL DO 57º CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DE GOIÁS

O **Desembargador LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA**, Presidente da Comissão Examinadora do 57º Concurso para Juiz Substituto do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, conforme estipulado no item 13.3 do Edital de Abertura, torna público, para conhecimento dos interessados, o programa específico para a prova oral, que será realizada a partir do dia 23 de fevereiro de 2023, no Auditório José Lenar, nesta Capital.

- A Prova Oral será prestada em sessão pública, na presença de todos os membros da Comissão Examinadora, vedado o exame simultâneo de mais de um candidato.

- Haverá registro em gravação de áudio/vídeo.
- Far-se-á sorteio público de ponto para cada candidato com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

- A arguição do candidato versará sobre conhecimento técnico acerca dos temas relacionados ao ponto sorteado, cumprindo à Comissão Examinadora avaliar-lhe o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

- A ordem de arguição dos candidatos definir-se-á por sorteio, no dia e hora marcados para o início da Prova Oral. Durante a arguição, o candidato não poderá consultar códigos ou legislação esparsa.

- Cada examinador disporá de até 15 (quinze) minutos para a arguição do candidato, atribuindo-lhe nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez).

- A nota final da Prova Oral será o resultado da média aritmética simples das notas atribuídas pelos examinadores.

- Recolher-se-ão as notas em envelope, que será lacrado e rubricado pelos examinadores imediatamente após o término da Prova Oral.

- Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem nota não inferior a 6 (seis).

P O N T O 1

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Integração. Vigência, revogação, *vacatio legis e desuetudo*. Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Eficácia das leis no tempo. Conflito entre leis. Eficácia das Leis no espaço. Interpretação e Integração da Lei. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Usos e Costumes.
Do direito das obrigações. Elementos constitutivos. Modalidades. Solidariedade ativa e passiva. Obrigação de meio, de resultado e de garantia. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Assunção de dívida. Cessão de contrato. Usufruto e penhor de créditos. Cessão de garantia sobre o crédito. Endosso.
Do direito de família. Casamento. Impedimentos. Causas suspensivas do casamento. Habilitação para o casamento. Existência, validade e eficácia do casamento. Efeitos jurídicos decorrentes do casamento. Dissolução do casamento. Regimes de bens. Eficácia do regime de bens no casamento. A administração dos bens e a prática de atos de disposição. Pacto antenupcial. Regime de comunhão parcial de bens. Regime de comunhão universal de bens. Regime de separação convencional ou absoluta de bens. Regime de participação final nos aquestos.
Do Sistema de Financiamento Imobiliário e da alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei n° 9.514 de 20 de novembro de 1997). Da locação de imóveis urbanos (Lei n° 8.245, de 18 de outubro de 1991).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional. Interpretação da norma processual. Norma processual no tempo e no espaço. Efetividade do processo e acesso à Justiça. Escopos do processo. Instrumentalidade do processo. Jurisdição. Elementos conceituais. Características. Espécies. Organização judiciária do Estado de Goiás. Distinção em relação às demais funções do Estado. Jurisdição estatal e arbitral. Poderes do juiz e do árbitro. Impedimento e suspeição. Competência. Critérios de determinação e de modificação. Incompetência absoluta e relativa. Conflito de competência. Cooperação internacional. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Advocacia Pública e Privada. Assistência judiciária. Taxa judiciária. Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça. Conciliadores e mediadores. O Poder Público em juízo. Ações coletivas. Legitimação e interesse de agir nas ações coletivas. Litisconsórcio nas ações coletivas. Execução de sentença coletiva. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. Habeas data. Controle difuso de constitucionalidade das leis. Ação rescisória. Ação declaratória de nulidade (querella nulitatis). Ação dúplice. Ação de desapropriação. Ações inibitórias.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Do Código de Defesa do Consumidor. Dos direitos do consumidor. Das disposições gerais. Dos direitos básicos do consumidor. Da qualidade de produtos e serviços. Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança). Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aspectos gerais e evolução histórica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. A proteção integral, Princípio do Melhor Interesse da Criança e demais Princípios que regem a aplicação de medidas para crianças e adolescentes. Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção internacional sobre os direitos da criança e seus protocolos facultativos Capacidade civil e responsabilidade civil de crianças e de adolescentes.

DIREITO PENAL

Princípios constitucionais penais. Aplicação da lei penal. Crime. Conceito. Elementos. Tipicidade. Elementos. Causas de exclusão. Relação de causalidade. Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Dolo e culpa. Culpabilidade. Pressupostos. Causas de exclusão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios gerais e constitucionais do processo penal. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Fontes e Interpretação da Lei processual penal. Persecução penal. Inquérito policial, Termo circunstanciado de ocorrência. Comissão parlamentar de inquérito. Investigação criminal promovida pelo Ministério Público. Outras formas de investigação. Arquivamento de inquérito. Denúncia. Sujeitos do processo: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Impedimentos e suspeições.

DIREITO CONSTITUCIONAL

O constitucionalismo. Evolução histórica do constitucionalismo brasileiro. Direito constitucional: conceito, objeto, fontes e relações com outros ramos do Direito. Formação da Constituição. Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações; estrutura. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais: especificidades, métodos de interpretação, princípios da interpretação. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Poder constituinte. Constituição do Estado de Goiás. Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei n° 9.129, de 22 de dezembro de 1981).

DIREITO ELEITORAL

Direito eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral. Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral. Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Característica do voto. Do sistema eleitoral: sistema majoritário e sistema proporcional.

DIREITO ADMINISTRATIVO/ EMPRESARIAL/ HUMANÍSTICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

As funções do Estado. Origem do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo. Conteúdo do regime jurídicoadministrativo. Aplicação do regime jurídico administrativo a entidades da Administração Indireta, entidades de colaboração e particulares. Poder de polícia administrativa. Caracterização. Atributos.
Manifestações do exercício de poder na função administrativa (“poderes da Administração”). Poder regulamentar e poder normativo. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder discricionário. Poder de polícia. Princípios limitadores do poder de polícia. Abuso de autoridade.
Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Restrições ao princípio da legalidade. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito brasileiro. Controle sistemático das relações administrativas.
Regulação no Direito Administrativo. Regulação econômico-social. Intervenção do Estado no Domínio

Econômico. Conceitos de domínio econômico e ordem econômica. Princípios da ordem econômica. Regime Jurídico. Atividades estatais interventivas - exploração direta, polícia e fomento. Monopólio. Concessão e permissão de serviços públicos. Exploração direta de atividade econômica pelo Estado. Infrações contra a ordem econômica. Regulação econômica. Fomento. Exploração direta de atividade econômica pelo Estado. Regulação e legalidade. Regulação e Desregulação. órgãos reguladores no Brasil e no Estado de Goiás. Constitucionalidade da atividade normativa das autarquias. Poder regulamentar no Brasil. Agências reguladoras e executivas no Brasil e em Goiás. Participação social na elaboração das normas regulatórias. Autorregulação.

DIREITO EMPRESARIAL

Do Direito de Empresa. Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da capacidade. Do Estabelecimento. Disposições gerais.

HUMANÍSTICA

Conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Direito, Comunicação Social e opinião pública. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.

DIREITO TRIBUTÁRIO/ AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

Constituição Federal e o Sistema Tributário Nacional - Princípios Gerais

DIREITO AMBIENTAL

Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. Fundamento constitucional. Estado Constitucional Ecológico.

P O N T O 2

DIREITO CIVIL

Das pessoas. Das pessoas naturais. Direitos da personalidade. Capacidade e incapacidade. Incapacidade absoluta. Incapacidade relativa. Cessação das incapacidades. Proteção aos incapazes. Início e fim da personalidade. Morte. Ausência.
Dos contratos em geral. Formação dos contratos. Classificação dos contratos. Espécies de contratos. Efeitos dos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Garantia. Extinção dos contratos. Extinção regular. Extinção pela inexistência e invalidade. Extinção pela ineficácia. Cláusula resolutiva expressa. Cláusula de arrependimento. Resilição. Rescisão. Resolução. Extinção por morte de um dos contratantes. Exceção de contrato não cumprido. Enriquecimento indevido.
Do direito de família. União estável. Requisitos da união estável. Efeitos pessoais da união estável. Efeitos patrimoniais da união estável. Regime de bens. Meação. Alimentos. Benefícios previdenciários. Impenhorabilidade do bem de família. Concubinato. Sociedade de fato.
Registros públicos. (Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação). Arbitragem. Lei n° 9.307, de 23 de setembro de 1996). Petição inicial. Requisitos. Juízo de Admissibilidade. Audiência de conciliação e mediação. Defesa do réu. Contestação e reconvenção. Improcedência liminar do pedido. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Antecipação da prova. Provas em espécie e sua produção.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da decadência e da prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica. Das práticas comerciais (das disposições gerais). Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito à vida e à proteção ao nascituro. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Parentesco. Parentalidade socioafetiva. Reconhecimento de paternidade. Poder familiar. Colocação em família substituta: Guarda, tutela e adoção. Direito fundamental à educação e cultura. Fundamentos constitucionais e legais. Os direitos infanto-juvenis na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

DIREITO PENAL

Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e obediência hierárquica. Ilicitude. Causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Cominação das penas. Aplicação das penas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Atos processuais: comunicações, citações, intimações e notificações. Decisões interlocutórias. Audiência de custódia. Audiência de instrução. Sentença: tipos, estrutura, efeitos. Fixação da pena. Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Perpetuatio Jurisdictionis. Incompetência. Conexão e continência Das questões e processos incidentes. Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens. Alienação antecipada de bens.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Controle de constitucionalidade. Sistema. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. A fiscalização abstrata no plano estadual. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. Norma constitucional inconstitucional. O fenômeno da recepção da legislação em vigor pela nova Ordem Constitucional. Mutação constitucional. Jurisdição constitucional e processo constitucional. Coisa julgada e processo constitucional. A Fiscalização incidental. Administração pública e o controle de constitucionalidade. Lei federal n° 9.868, de 10 de novembro de 1.999. Lei federal n° 9.882, de 03 de dezembro de 1.999. 3. Princípios fundamentais da Constituição Federal.

DIREITO ELEITORAL

Das coligações. Das convenções para a escolha de candidatos. Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos. Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, Da prestação de contas.
Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração. Do Sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.

DIREITO ADMINISTRATIVO/ EMPRESARIAL/ HUMANÍSTICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Invalidade, nulidade, anulação, cassação, caducidade, convalidação e revogação. Principais espécies. Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos. Controle sistemático dos atos administrativos.
Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes públicos. Regime dos servidores públicos e titulares de cargos públicos na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Goiás. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Nomeação. Concurso Público. Posse e exercício. Afastamentos. Estabilidade. Transferência. Readaptação. Reversão. Reintegração. Recondução. Disponibilidade. Aproveitamento. Vacância. Remoção. Da Redistribuição. Substituição. 6. Direitos e vantagens dos servidores públicos. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Regime disciplinar. Seguridade social do servidor: aposentadoria e das pensões; aposentadoria de magistrado, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas; aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. Lei complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e alterações. Lei n° 20.756, de 28 de janeiro de 2020 (Estatuto dos Servidores do Estado de Goiás).
Súmulas e jurisprudência do Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores (STJ e STF) em matéria da administração pública e em matéria relacionada ao Direito Administrativo.

DIREITO EMPRESARIAL

Da Sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade em comum. Da sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples. Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas.
Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Da sociedade dependente de autorização.
Das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976)..

HUMANÍSTICA

Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. Relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

DIREITO TRIBUTÁRIO/ AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

Limitações constitucionais ao Poder de Tributar .

DIREITO AMBIENTAL

O meio ambiente na Constituição Federal. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica e da propriedade privada na Constituição Federal.

P O N T O 3

DIREITO CIVIL

Das pessoas. Das pessoas jurídicas. Início da personalização. Entes não personalizados. Classificação e espécies. Pessoas jurídicas de direito público. Pessoas jurídicas de direito privado. Desconsideração e despersonalização das pessoas jurídicas. Requisitos. Do domicílio. Espécies de domicílio.
Do direito das coisas. Da posse. Função social. Composse. Detenção. Aquisição e perda da posse de bens imóveis. Efeitos da posse. Direitos aos frutos. Responsabilidade civil do possuidor. Direito às benfeitorias. Dos títulos de crédito.
Do direito de família. Alimentos. Características. Caráter personalíssimo. Irrenunciabilidade. Imprescritibilidade. Irrepetibilidade. Incompensabilidade. Impenhorabilidade. Alimentos entre cônjuges. Alimentos entre companheiros. Alimentos decorrentes do parentesco. Alimentos gravídicos. Parentesco. Filiação. Filiação socioafetiva. Multiparentalidade. Coparentalidade. Reconhecimento de filhos. Reconhecimento voluntário. Adoção.
Parcelamento do Solo Urbano (Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações da Lei n° 14.118, de 13 de janeiro de 2021)**.** Do patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias e outras providências (Lei n° 10.931, de 2 de agosto de 2004).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A ação. Conceito e natureza. Condições da ação. Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação de ações. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento e relação jurídica processual. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Regime de invalidades processuais. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Negócio jurídico processual. Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. Amicus curiae. Ministério Público e auxiliares da Justiça. Funções do Ministério Público. Intervenção obrigatória e facultativa do Ministério Público. Falta de intervenção do Ministério Público consequências. Auxiliares da Justiça. Escrivão ou chefe de secretaria. Oficial de justiça. Perito. Impedimento e suspeição. Órgãos do foro extrajudicial. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Tutela provisória. Tutela de urgência e tutela de evidência. Estabilização da tutela antecipada.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da proteção contratual: disposições gerais. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão. Cláusulas Nulas. Da defesa do consumidor em juízo. Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas à defesa do consumidor em juízo. Das ações coletivas para a defesa dos consumidores.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Direito à profissionalização e à proteção do trabalho urbano e rural do adolescente. Direito fundamental à saúde da criança e do adolescente. A justiça da infância e da juventude. Características gerais e competência. Aspectos processuais gerais e procedimentos especiais. A prevenção geral e especial no Estatuto. Formas de controle. A ação civil pública.

DIREITO PENAL

Concurso de crimes. Conflito aparente de normas. Erro na execução. Limite das penas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação.Medidas de segurança. Ação Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da prova: conceito, princípios, finalidade, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. Quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados. Da prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Prisão domiciliar. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. Fiança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, titularidade, destinatários e limites. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos: formação, extinção e efeitos jurídicos; hierarquia, incorporação e efeito dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, promulgado pelo Decreto n° 678, de 06 de novembro de 1992) e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (de 16 de dezembro de 1966, promulgado pelo Decreto n° 592, de 06 de julho de 1992). Direitos sociais.

DIREITO ELEITORAL

Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos. Recurso contra expedição de diploma. Dos recursos eleitorais: pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. Dos partidos políticos. Registro e funcionamento partidário. Criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos. Da filiação partidária. Da fidelidade e da disciplina partidárias. Das finanças e contabilidade dos partidos. Fundo partidário. Prestação de contas. Aspectos constitucionais, legais e éticos dos partidos políticos.

DIREITO ADMINISTRATIVO/ EMPRESARIAL/ HUMANÍSTICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Controles da Administração Pública: Controle administrativo; Controle legislativo ou político; Controle judicial. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Controle interno e controle externo. Lei n° 13.655, de 25 de abril de 2018, e suas disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação na aplicação do direito público. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle sistemático das delegações de serviços públicos. Improbidade administrativa: Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Agentes do polo ativo e passivo. Atos de improbidade. Da ação de improbidade administrativa. Enriquecimento ilícito. Prejuízo ao erário. Princípios. Penas. Procedimento e prescrição. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei Anticorrupção - Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013. Lei n° 13.800, de

18 de janeiro de 2001). Lei que regula o Processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás. Licitação: (Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021). Princípios, Obrigatoriedade, Dispensa e Exigibilidade, Procedimentos e Modalidades. Pregão presencial e eletrônico. Fases da licitação. Divulgação do edital. Apresentação das propostas e lances. Julgamento. Habilitação. Homologação. Adjudicação. Encerramento da licitação. Contratação direta. Alienações. Instrumentos auxiliares. Recursos administrativos. Crimes. Licitação e mandado de segurança. Registro de preços.

DIREITO EMPRESARIAL

Dos Institutos Complementares: Do registro. Do nome empresarial. Dos prepostos. Da escrituração. 6. Do registro. Do nome empresarial. Dos prepostos. Da escrituração.

HUMANÍSTICA

Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o direito brasileiro: constitucional, civil, administrativo e tributário.

DIREITO TRIBUTÁRIO/ AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

Decadência e prescrição em matéria tributária.

DIREITO AMBIENTAL

Direito Ambiental Constitucional. Competência legislativa em matéria ambiental. Competência material na defesa do meio ambiente.

PONTO 4

DIREITO CIVIL

Dos bens. Classificação dos bens. Bens móveis e imóveis. Bens divisíveis e indivisíveis. Bens fungíveis e infungíveis. Bens consumíveis e inconsumíveis. Bens divisíveis e indivisíveis. Bens consumíveis e inconsumíveis. Bens singulares e coletivos. Bens principais e acessórios. Bens públicos. Bens público de uso comum. Bens públicos de uso especial. Bens públicos dominicais. Bem de família. Bem de família convencional. Bem de família legal.
Do direito das coisas. Da propriedade. Aquisição da propriedade imobiliária. Aquisição da propriedade móvel. Multipropriedade (Lei n° 13.777, de 20 de dezembro de 2018). Perda da propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Condomínio edilício. Laje. Servidão. Usufruto. Uso. Direito real de habitação. Penhor, hipoteca e anticrese. Propriedade fiduciária.
Do direito de família. Poder familiar. Guarda. Modalidades de guarda. Tutela. Modalidades. Manifestação de vontade do tutelado. Incapacidade para a tutela. Escusa. Garantia da tutela. Exercício e responsabilidade judicial na tutela. Prestação de contas. Extinção da tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada.
Da alienação fiduciária (Decreto-Lei n° 911, de 1° de outubro de 1969). Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei n° 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sujeitos processuais. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Ativismo judicial. Partes e procuradores. Capacidade processual. Litigância de má-fé. Responsabilidade por dano processual e multa processual. Honorários advocatícios. Sucessão e substituição das partes. Substituição dos procuradores. Substituição processual. Pluralidade de partes: litisconsórcio e assistência. Sentença. Elementos e requisitos. Vícios das sentenças. Coisa julgada formal e material. Limites subjetivos, objetivos e cronológicos. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial. Relativização da coisa julgada. Cumprimento de sentença e execução. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação. Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa. Cumprimento de sentença na obrigação de alimentos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. Da sentença. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença coletiva.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente: Código Penal, estatuto e legislação especial. Conselho tutelar. Conselho de direitos da criança e do adolescente. Fundo da infância e adolescência. Direito à educação especial na perspectiva inclusiva. 16. Ato infracional. Garantias processuais. Aplicação de medidas de proteção e medidas socioeducativas.

DIREITO PENAL

Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade intelectual. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ação penal. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum ordinário. Procedimento comum sumário. Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri, nos crimes de abuso de autoridade, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes contra a honra, nos crimes contra a propriedade imaterial, nas restaurações de autos extraviados ou destruídos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Tutela constitucional dos direitos e das liberdades. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. Ação civil pública. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Organização do Estado Brasileiro: Estado Federal: conceito, formação, evolução e características. Federação brasileira: origem, formação, componentes, repartição de competências e intervenção nos Estados e nos Municípios. Organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Bens públicos. Administração pública: Disposições gerais; Servidores públicos e militares.

DIREITO ELEITORAL

Das pesquisas e testes pré-eleitorais. Da propaganda eleitoral em geral. Da propaganda eleitoral na imprensa. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Propaganda na internet. Do direito de resposta. Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Da ação de impugnação de mandato eletivo. Da investigação judicial eleitoral. Do mandado de segurança.

DIREITO ADMINISTRATIVO/ EMPRESARIAL/ HUMANÍSTICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contrato administrativo. (Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021). Espécies. Conceito. Características. Prerrogativas da Administração. Formalização. Execução e inexecução. Teoria da imprevisão e equilíbrio econômico-financeiro. Revisão, reajuste e repactuação. Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou inexistentes. Gestão contratual. Responsabilidade contratual. Sanções contratuais. Rescisão e anulação.
Serviço público. Conceito. Classificação. Princípios. Public utilities. Evolução histórica. Formas de delegação de serviço público. Regime jurídico da concessão, da permissão e da autorização de serviço público. Forma e condições da outorga do serviço em concessão. Prazo nas concessões e sua prorrogação. Relicitação. Poderes do Concedente. Direitos do concessionário. Regime tarifário e sua revisão. Direitos dos usuários. Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos. Intervenção, encampação e caducidade. Reversão dos bens. Responsabilidade do concessionário e do Poder concedente. Permissão. Concessão comum. Parcerias Público-Privadas.

DIREITO EMPRESARIAL

Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei n° 11.101, de 09 de fevereiro de 2005).

HUMANÍSTICA

Integridade pessoal e profissional do juiz. Dignidade, honra e decoro. Diligência e dedicação. Conhecimento e Capacitação. Cortesia e Prudência do Juiz. Ilícitos éticos. Sanções. Lugar da ética na função judicial e na vida particular do juiz. O papel da cordialidade na prestação jurisdicional.

DIREITO TRIBUTÁRIO/ AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributos em espécie: conceito e classificação

DIREITO AMBIENTAL

O Dano ambiental. Apuração do dano ambiental. Reparação do dano ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao meio ambiente. Infrações administrativas ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental.

P O N T O 5

DIREITO CIVIL

Dos fatos jurídicos. Conceito. Classificação. Regras e Princípios. Eficácia e efetividade. Do negócio jurídico. Classificação. Elementos. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos dos negócios jurídicos. Invalidade do Negócio Jurídico.
Do direito das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Adimplemento. Requisitos subjetivos e objetivos. Modalidades de pagamento. Pagamento em consignação. Pagamento com sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Confusão. Remissão. Inadimplemento. Mora. Perdas e danos. Juros. Cláusula penal. Arras ou Sinal.
Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da herança e sua administração. Indignidade. Deserdação. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Excluídos da Sucessão. Herança jacente. Herança vacante. Petição de herança. Deserdação. Indignidade. Da sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Sucessão por direito próprio. Sucessão por representação. Sucessão dos descendentes. Sucessão dos ascendentes. Sucessão do cônjuge. Sucessão dos companheiros. Sucessão dos colaterais.
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Execução em geral. Partes na execução. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Título executivo judicial e título executivo extrajudicial. Execução provisória de sentença. Responsabilidade patrimonial. Disposições gerais na execução. Má-fé processual na execução. - Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Penhora de títulos da dívida pública. Impenhorabilidade do bem de família. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Execução de sentença de natureza alimentar. Execução contra a Fazenda Pública. Execução fiscal. Execução de sentença mandamental. - Embargos à execução contra a Fazenda Pública. Embargos à execução fundado em título extrajudicial. Embargos à arrematação e à adjudicação. Embargos na execução por carta. Embargos na ação monitória. Embargos de terceiro. - Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ações possessórias. Ação de usucapião de terras particulares. Ação de usucapião especial. Habilitação incidente. Ação monitória.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Do cumprimento da sentença. Noção de verossimilhança e hipossuficiência para facilitação da defesa em juízo dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova. Noções sobre a vulnerabilidade. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8069, de 13 de julho de 1990). SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução CONANDA n° 119, de 11 de dezembro de 2006) e Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com as alterações da Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011). Política Nacional de Assistência Social (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n° 145/04 - D.O.U. 28/10/2004). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional se Assistência Social n° 109, de 11 de novembro de 2009 - D.O.U.

25/11/2009) . Resoluções 113, de 19 de abril de 2006 e 117, de 11 de julho de 2006, ambas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõem sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 21. Proteção e direitos das crianças e adolescentes com transtornos mentais.

DIREITO PENAL

Contravenções penais. Abuso de autoridade (Lei nº 13.869, de 05 de setembro de 2019). Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Preconceito Racial (Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989).Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990). Crimes do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, 11 de setembro de 1990). Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei nº 8.137, 27 de dezembro de 1990).Crimes de licitações e contratos da administração pública (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993). Crimes de menor potencial ofensivo. Juizado especial criminal (Lei nº 9.099, 26 de setembro de 1995).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade. Recursos especial e extraordinário. Coisa julgada. Revisão criminal. Habeas corpos. Mandado de segurança. Das exceções. Do desaforamento. Execução Penal. Competência. Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direito e das medidas de segurança. Regimes de cumprimento da pena. Progressão e regressão. Faltas disciplinares. Suspensão condicional da penal. Livramento condicional. Incidentes de execução. Graça. Anistia e indulto. Comutação da pena. Reabilitação. Remição. Regime disciplinar diferenciado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República: Atribuições e Responsabilidades. Ministros de Estado. Poder Legislativo. Órgãos, funcionamento e competências. Prerrogativas e impedimentos no exercício do mandato parlamentar. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União. Poder Judiciário: disposições gerais, funções, organização, competências e funcionamento; direitos e deveres da Magistratura; garantias da magistratura; precatórios; Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal do Trabalho, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes Eleitorais; Tribunais e Juízes dos Estados; súmula vinculante; Lei federal n° 11.417, de 19 de dezembro de 2006; Conselho Nacional de Justiça; Princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e interna corporis; jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e Código de Ética da Magistratura Nacional (aprovado pelo CNA Judicialização e ativismo judicial. Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Do Conselho Nacional do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública.

DIREITO ELEITORAL

Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral. Do processo penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Recursos.

DIREITO ADMINISTRATIVO/ EMPRESARIAL/ HUMANÍSTICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Parcerias com o terceiro setor. Convênios e outras espécies de ajustes colaborativos. Organizações sociais. Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Organizações da Sociedade Civil (OSC). Espécies de privatização. Novas formas de relação com o parceiro privado.
Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração. Princípios. Dever de sancionar. Processo administrativo. Conceito. Processo ou procedimento administrativo. Princípios do processo administrativo. Instauração do processo administrativo e fases do processo. A sindicância. Os sujeitos da relação processual administrativa. Direitos e deveres das partes. Competência. Instrução do processo administrativo. Decisão do Processo Administrativo: estrutura, tipologia. Recurso Administrativo e seus efeitos. Coisa julgada administrativa. Da revisão administrativa. Da prescrição e da decadência.
Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Autarquias. Autarquias comuns e especiais, Agências reguladoras e agências executivas. Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Consórcios Públicos. Tutela dos entes da Administração Indireta. Entidades de colaboração e seu regime jurídico.

DIREITO EMPRESARIAL

Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006).

HUMANÍSTICA

Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Direitos e deveres funcionais da magistratura. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

DIREITO TRIBUTÁRIO/ AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

Interpretação e Integração da Legislação Tributária

DIREITO AMBIENTAL

Crimes contra o meio ambiente. Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição.

P O N T O 6

DIREITO CIVIL

Dos atos ilícitos. Consequências dos atos ilícitos. Eficácia. Ilícito contratual (relativo) e extracontratual (absoluto). Ilícito penal, civil e administrativo. Da prescrição e da decadência. Prescrição. Prazos. Teoria da *actio nata*. Prescrição contra a Fazenda Pública (Decreto nº 20.910/32 e Decreto-lei nº 4.597/42). Decadência. Da prova. Espécies.
Das preferências e privilégios creditórios. Da responsabilidade civil. Ilícito civil. Excludentes de ilicitude civil. Abuso de direito. Culpa. Dano. Dano patrimonial. Dano moral. Dano estético. Nexo causal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil por fato próprio. Responsabilidade civil por

fato de terceiro. Responsabilidade civil pelo fato da coisa. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público. Responsabilidade das pessoas jurídicas públicas com personalidade de direito privado. Responsabilidade civil do Estado. Direito de regresso.
Do direito das sucessões. Da sucessão testamentária. Capacidade. Formas ordinárias de testamento. Codicilos. Testamentos especiais. Disposições testamentárias. Legados. Direito de acrescer. Substituição testamentária. Substituição fideicomissária. Redução das Disposições Testamentárias. Invalidade, caducidade, revogação e rompimento do testamento. Do Inventário e Partilha.
Do Estatuto do Idoso (Lei n° 10.741, de 12 de outubro de 2003).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Recursos. Princípios gerais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos. Ações autônomas de impugnação. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recursos extraordinário e especial, embargos de divergência, agravo interno. Julgamento estendido em caso de divergência. Precedentes judiciais. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Julgamento de recursos repetitivos nos tribunais superiores. Assunção de competência. Súmula Vinculante. Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Juizados Especiais Federais. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Características. Notificação e interpelação. Alienações Judiciais. Testamento e Codicilo. Herança Jacente. Bens dos Ausentes. Coisas Vagas. Tutela e curatela. - Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Renovatória. Ação Revisional. Ação Consignatória. Ação de Busca e Apreensão por alienação fiduciária: (Decreto-Lei n° 911, de 19 de outubro de 1969). Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997. Precedentes em matéria processual civil do STJ, STF e Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR)

DIREITO DO CONSUMIDOR

Sanções administrativas e penais: Da competência concorrente, multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. Da Contrapropaganda. O sistema nacional de defesa do consumidor: A política nacional de relações de consumo – SNDC e PROCON. Jurisprudência dos tribunais superiores, súmulas vinculantes e não vinculantes em matéria consumerista – STJ e STF.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei n° 13.431, de 4 de abril de 2017). Provimento Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ 32, de 24 de junho de 2013. Recomendação n° 49, de 01 de abril de 2014 do Conselho Nacional de Justiça. Resolução n° 190, 01 de abril de 2014 do Conselho Nacional de Justiça. Resolução n° 225, de 31 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO PENAL

Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997). Crimes de trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Crimes ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) Crimes lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998) Crimes contra idosos (Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003). Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003). Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).Lei antidrogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006). Organizações criminosas (Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013) Lei Anticrime (Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Das nulidades. Aspectos processuais penais das seguintes Leis, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas: Juizado especial criminal (Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995). Interceptação telefônica (Lei n° 9.296, 24 de julho de 1996). Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n° 9.613, de 03 de março de 1998). Proteção a testemunhas (Lei n° 9.807, del3 de julho de 1999). Organizações criminosas (Lei n° 12.850, de 02 de agosto de 2013). Violência doméstica (Lei n° 11.340, de 07 de agosto de 2006). Drogas (Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006). Lei Anticrime (Lei n° 13.964, de 24 de dezembro de 2019).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Da Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Atuação do Estado no domínio econômico. Da Política Urbana. Tributação e orçamento. Do Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas. Da Ordem Social. Ato das disposições constitucionais transitórias. .

DIREITO ELEITORAL

Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990. 15. Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995. 16. Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997.

DIREITO ADMINISTRATIVO/ EMPRESARIAL/ HUMANÍSTICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Domínio Público. Bens públicos. Regime jurídico. Classificação, administração e utilização. Instrumentos negociais relacionados à gestão e utilização dos bens públicos. Alienação. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).
Intervenção do Estado na propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação. Conceito. Requisitos. Bens suscetíveis de desapropriação. Competências relacionadas à desapropriação. Espécies de desapropriação. Indenização e consectários legais. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse do imóvel desapropriado. Direito de extensão. Desapropriação indireta. Retrocessão. Controle da desapropriação. Servidão administrativa. Tombamento. Requisição. Ocupação provisória. Limitação administrativa. Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento.
Responsabilidade civil do Estado: evolução das teorias. Reparação do dano. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caracterização. Causas de exclusão e mitigação. Prescrição e decadência. Responsabilidades dos contratados e delegatários de serviços públicos. Procedimento administrativo e judicial. Direito de regresso.

DIREITO EMPRESARIAL

Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016. 17. Súmulas dos Tribunais Superiores - STJ e STF, vinculantes e não vinculantes, em matéria empresarial.

HUMANÍSTICA

O conceito de Política. Política e Direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais do Direito. Ideologias. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU)..

DIREITO TRIBUTÁRIO/ AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fontes do Direito Tributário e legislação tributária: competência legislativa, lei complementar, lei ordinária

DIREITO AMBIENTAL

Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA.

Desembargador LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA
Presidente da Comissão Examinadora